



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

---

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM  
IMÓVEL PRÓPRIO ESTADUAL SITUADO NA RUA  
DO CARMO, 27, 14º ANDAR, CENTRO, RIO DE  
JANEIRO, RJ, NESTE ESTADO, QUE ENTRE SI  
FIRMAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COMO  
PERMITENTE, ORA DESIGNADO  
SIMPLESMENTE ESTADO, E \_\_\_\_\_,  
COMO PERMISSIONÁRIO, NA FORMA ABAIXO:**

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 2019, na **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, situada na Rua do Carmo, 27, Centro, Rio de Janeiro, RJ, perante as testemunhas abaixo assinadas, presentes, de um lado o Estado do Rio de Janeiro, doravante designada simplesmente **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**, neste ato representado pelo Dr. Marcelo Lopes da Silva, Procurador-Geral do Estado, e, de outro lado, \_\_\_\_\_, domiciliado/sediado no Município de \_\_\_\_\_, na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_, doravante designado simplesmente **PERMISSIONÁRIO**, neste ato representado por \_\_\_\_\_, cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, é assinado o presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE IMÓVEL PRÓPRIO ESTADUAL**, doravante designado Termo, a título precário, na forma do constante no processo administrativo nº **E-14/001.102944/2018**, que se regerá pelas normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, Lei Complementar Estadual nº. 8, de 25 de outubro de 1977 e alterações, na forma do instrumento convocatório, aplicando-se a este Termo, irrestrita e incondicionalmente, suas disposições, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO IMÓVEL**

O presente Termo de Permissão de Uso tem por objeto o espaço físico situado na Rua do Carmo, 27, 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, com área útil de 75,37m<sup>2</sup>, do qual o **ESTADO** é senhor e possuidor, conforme a certidão do Registro Geral de Imóveis ou as respectivas plantas de localização, que fazem parte do presente Termo.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA ENTREGA E FINALIDADE**

O **IMÓVEL** está sendo entregue, neste ato, ao **PERMISSIONÁRIO** e será destinado, exclusivamente, para fins de instalação, implantação e exploração comercial de atividade econômica de uma cafeteria, para comercialização de lanches, bebidas e refeições ligeiras.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Ao **IMÓVEL** não poderá ser dada destinação diversa daquela mencionada no *caput* desta cláusula, salvo prévia autorização da **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO** sobre a possibilidade do seu uso para nova destinação, a ser formalizada por termo aditivo, sob pena de rescisão de pleno direito do presente instrumento.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

---

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** É terminantemente proibida a comercialização de medicamentos, bebidas com teor alcoólico, produtos fumígenos, drogas de qualquer natureza ou quaisquer outros produtos diversos do ramo de alimentação, exceto em casos excepcionais, conforme mencionado no parágrafo sexto desta cláusula.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Os serviços funcionarão, inicialmente, de segunda a sexta-feira, das 9h às 19h, podendo sofrer ajustes, mediante acordo com o **PERMISSIONÁRIO**, conforme o interesse e conveniência dos usuários.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O **PERMISSIONÁRIO** disporá de 15 (quinze) minutos de tolerância para abertura da cafeteria, e de 60 (sessenta) minutos após o horário de encerramento dos serviços para a limpeza e o fechamento do caixa, não sendo permitida a permanência de empregados na Procuradoria após o horário de tolerância (20h).

**PARÁGRAFO QUINTO:** O **PERMISSIONÁRIO** disporá de até 60 (sessenta) dias corridos, a partir da assinatura do contrato ou data nele acordada, para o início pleno de suas atividades, providenciando, neste mesmo prazo, as autorizações e licenças que sejam necessárias à execução dos serviços objeto da Permissão de Uso e apresentando-as à Assessoria de Serviços da PGE-RJ, ficando a cargo do **PERMISSIONÁRIO** as respectivas despesas.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Em casos excepcionais, por ocasião de realização de eventos especiais e desde que haja autorização, prévia e expressa, da **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**, os serviços poderão ser desempenhados em horário diverso do estipulado no §3º desta Cláusula, podendo, ainda, a depender da natureza do evento, serem autorizados coquetéis, drinks e produtos congêneres.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - É de responsabilidade do **PERMISSIONÁRIO** a instalação e operação de máquina(s) registradora(s), ou terminal(is) de computação, aferidos pelo órgão competente.

**PARÁGRAFO OITAVO** - O **PERMISSIONÁRIO**, no exercício de suas atividades nas dependências do **PERMITENTE**, deverá operar com máquina(s) registradora(s) ou terminal(is) de computação, aprovados pelo órgão competente do Rio de Janeiro, entregando Cupom Fiscal a todos os usuários, independentemente de solicitação, observada a legislação pertinente.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

A presente Permissão de Uso se rege pelo disposto nos artigos 35 e seguintes da Lei Complementar nº 8, de 25.10.1977, com as suas alterações, bem como pelas demais normas legais em vigor ou que venham a ser posteriormente editadas sobre a utilização de imóveis do patrimônio estadual.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

**CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO**

De acordo com a legislação aplicável, a presente Permissão de Uso é concedida ao **PERMISSIONÁRIO** em caráter eminentemente precário, ficando ajustado, entretanto, que, sem prejuízo dessa precariedade, expressamente reconhecida pelo **PERMISSIONÁRIO**, não poderá a utilização efetiva do **IMÓVEL** exceder a **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir da data indicada no Memorando de Início de Serviços expedido pela Fiscalização do Contrato, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial, valendo esta última como termo inicial de vigência, caso seja posterior à data convencionada no Memorando de Início de Serviços.

**PARÁGRAFO ÚNICO - O PERMISSIONÁRIO** terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias consecutivos, a partir da assinatura deste Termo de Permissão, para instalar e colocar a cafeteria em pleno funcionamento, providenciando, neste mesmo prazo, as autorizações e licenças que sejam necessárias à execução dos serviços objeto da presente Permissão e apresentando-as à Assessoria de Serviços da PGE-RJ, ficando a cargo do **PERMISSIONÁRIO** as respectivas despesas.

**CLÁUSULA QUINTA: DA REMUNERAÇÃO**

Como contraprestação pela Permissão de Uso do espaço físico, o **PERMISSIONÁRIO** pagará, mensalmente, a importância de **R\$\_\_\_\_\_** (\_\_\_\_\_), que deverá ser recolhida por meio de depósito na conta e agência bancária indicada pela **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**, até o quinto dia útil do mês subsequente.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O pagamento deverá ser comprovado pelo **PERMISSIONÁRIO**, junto à Gerência Financeira da PGE, no prazo máximo de 20 (vinte) dias da sua realização.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O não pagamento do valor estipulado no dia apurado sujeitará o **PERMISSIONÁRIO** à multa de mora no valor de 2% (dois por cento) do valor da prestação, além da incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e da atualização monetária do valor original pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), sem prejuízo da rescisão unilateral do Termo pelo **ESTADO**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data inicial da vigência deste Termo, o valor da contraprestação pela Permissão de Uso do espaço físico será reajustado de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) no período, ou outro índice oficial determinado pelo Governo Estadual.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O pagamento relativo ao primeiro mês de exploração do espaço será devido a contar da data constante no Memorando de Início das Atividades, proporcionalmente, observado o mês comercial de 30 (trinta) dias para efeito de cálculo.

**PARÁGRAFO QUINTO** - As despesas relativas ao consumo de energia elétrica, água e esgoto, decorrentes da execução deste Instrumento, correrão por conta do **PERMITENTE**.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

**CLÁUSULA SEXTA: DA GARANTIA**

O **PERMISSIONÁRIO** deverá apresentar ao **PERMITENTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data de início dos serviços, constante no Memorando de Início dos Serviços expedido pela Fiscalização da PGE, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, da ordem de 5 % (cinco inteiros por cento) do valor total d, a ser restituída após sua execução satisfatória.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A garantia, qualquer seja a modalidade apresentada pelo **PERMISSIONÁRIO**, deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização ao **PERMISSIONÁRIO**;
- c) prejuízos diretos causados ao **PERMITENTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco inteiros por cento) do valor do Contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O levantamento da garantia contratual por parte do **PERMISSIONÁRIO**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento do interessado, acompanhado do documento de recibo correspondente.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DO RISCO DA DEMANDA**

O risco de variação da demanda projetada, em quantitativo de pessoas potenciais ou efetivas consumidoras dos produtos oferecidos pelo **PERMISSIONÁRIO**, ou de variação do faturamento projetado, é alocado exclusivamente ao **PERMISSIONÁRIO**, que não poderá requerer reequilíbrio econômico-financeiro do contrato com fundamento na não verificação das referidas projeções.

**CLÁUSULA OITAVA: DA CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL**

Obriga-se o **PERMISSIONÁRIO** a bem conservar o **IMÓVEL** cujo uso lhe é permitido, trazendo-o permanentemente limpo e em bom estado de conservação, às suas exclusivas expensas, incumbindo-lhe, ainda, nas mesmas condições, a sua guarda, até a efetiva devolução, incluindo os bens móveis objetos do inventário mencionado na cláusula sexta.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

---

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O **PERMISSIONÁRIO** deverá enviar à Procuradoria Geral do Estado, a prestação de contas anual, relativa à conservação do espaço físico, devendo informar toda e qualquer alteração, inclusive em relação aos bens móveis que o guarnecem e que foram inventariados, se for o caso.

**CLÁUSULA NONA: DAS CONSTRUÇÕES E BENFEITORIAS**

É vedado ao **PERMISSIONÁRIO** realizar construções ou benfeitorias, sejam estas de que natureza forem, sem prévia e expressa autorização da Procuradoria Geral do Estado, devendo a montagem de equipamentos ou a realização de construções subordinarem-se, também, às autorizações e aos licenciamentos específicos das autoridades competentes.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Obriga-se o **PERMISSIONÁRIO**, sob pena de rescisão do presente Termo, quando da execução de obras de reforma e adaptação dos imóveis às suas necessidades, a promover todas as adequações capazes de assegurar o livre acesso a pessoas portadoras de deficiência ou de mobilidade reduzida nos imóveis, para utilização com segurança e autonomia, de todos os seus sistemas e meios de comunicação, mediante, inclusive, a eliminação ou supressão de barreiras arquitetônicas eventualmente existentes, observando-se o disposto nos Decretos Estaduais nº 33.926, de 18.09.2003 e 43.539, de 03.04.2012, assim como às normas técnicas da ABNT nestes referidas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O **PERMISSIONÁRIO** obriga-se a aprovar e realizar as construções atendendo aos ditames que norteiam as construções sustentáveis, sendo estas consideradas as que adotam práticas ambientais e sociais sustentáveis, garantindo a qualidade do ambiente e a seleção de materiais não poluentes e reutilizáveis.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Todos os encargos e despesas decorrentes do atendimento ao disposto no parágrafo primeiro, desta cláusula, correrão por conta do **PERMISSIONÁRIO**, ficando aderidas aos imóveis todas as alterações nele realizadas para tal finalidade, sem que assista a este qualquer direito a indenização, restituição ou retenção.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Finda a Permissão de Uso, reverterão automaticamente ao patrimônio do **ESTADO**, sem direito à indenização ou à retenção em favor do **PERMISSIONÁRIO**, todas as construções, benfeitorias, equipamentos e/ou instalações existentes no **IMÓVEL**, assegurado à **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**, contudo, o direito de exigir a sua reposição à situação anterior e a indenização das perdas e danos que lhe venham a ser causados.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO**

Obriga-se o **PERMISSIONÁRIO** a assegurar o acesso ao **IMÓVEL** objeto da Permissão aos servidores da **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO** ou de outras repartições estaduais, incumbidos de tarefas de fiscalização geral, ou em particular, de verificação do cumprimento das disposições do presente Termo.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

---

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A execução do presente Termo será acompanhada e fiscalizada por representantes da **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO** especialmente designados pelo Procurador-Geral do Estado, conforme ato de nomeação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O **PERMISSIONÁRIO** declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A existência e a atuação da Fiscalização da **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO** em nada restringe a responsabilidade integral e exclusiva do **PERMISSIONÁRIO** quanto à integridade e à correção da execução das prestações a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros, próximas ou remotas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES PARA COM TERCEIROS**

O **ESTADO** não será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidos pelo **PERMISSIONÁRIO** com terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do uso do **IMÓVEL** objeto deste Termo. Da mesma forma, o **ESTADO** não será responsável, seja a que título for, por quaisquer danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de atos do **PERMISSIONÁRIO** ou de seus empregados, visitantes, subordinados, prepostos ou contratantes.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O pagamento dos lanches consumidos será efetuado diretamente pelos usuários ao **PERMISSIONÁRIO**, no caixa da Cafeteria, ficando a **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO** isenta de qualquer responsabilidade por eventual dívida contraída pelos consumidores, sejam estes servidores ou não.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: OUTROS ENCARGOS**

O **PERMISSIONÁRIO** fica obrigado a pagar toda e qualquer despesa, tributos, tarifas, custas, emolumentos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que decorram direta ou indiretamente deste Termo ou da utilização do **IMÓVEL**, bem como da atividade para a qual a presente Permissão é outorgada, inclusive encargos previdenciários, trabalhistas e securitários, cabendo ao **PERMISSIONÁRIO** providenciar, especialmente, os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O **PERMISSIONÁRIO** não terá direito a qualquer indenização por parte do **ESTADO**, no caso de denegação de licenciamento total ou parcial da atividade que se propõe a realizar no **IMÓVEL** objeto deste Termo.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: RESTRIÇÕES OUTRAS NO EXERCÍCIO DOS DIREITOS DESTA PERMISSÃO**

O **PERMISSIONÁRIO** reconhece o caráter precário da presente Permissão e obriga-se, por si e seus sucessores:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

---

a) a desocupar o **IMÓVEL** e restituí-lo ao **ESTADO**, nas condições previstas neste Termo, ao término do prazo da Permissão, ou no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados do recebimento do aviso que lhe for dirigido, sem que haja necessidade do envio de qualquer interpelação ou notificação judicial em qualquer caso, sob pena de desocupação compulsória por via administrativa;

b) a não usar o **IMÓVEL** para destinação diversa da prevista na cláusula segunda deste Termo;

c) a não ceder, transferir, arrendar ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, inclusive a seus eventuais sucessores, o **IMÓVEL** objeto desta cessão ou os direitos e obrigações dela decorrentes, salvo expressa e prévia decisão autorizativa do Sr. Governador do Estado e celebração de termo aditivo para tal finalidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA FORÇA MAIOR**

Em caso de incêndio ou da ocorrência de qualquer outro motivo que venha a impedir, total ou parcialmente, provisória ou definitivamente, o uso do **IMÓVEL** para as finalidades a que se destina, poderá a **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**, mediante decisão do Procurador-Geral do Estado, a seu exclusivo critério:

a) considerar terminada a Permissão de uso, sem que o **PERMISSIONÁRIO** tenha direito a qualquer indenização, seja a que título for, ou

b) suspender o prazo da vigência deste Termo, não considerando como efetiva utilização do **IMÓVEL** o período equivalente ao das obras de restauração ou impedimento provisório do uso deste, devendo, em tal caso, ser lavrado aditamento ao presente Termo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO**

Finda, a qualquer tempo, a presente Permissão de Uso, deverá o **PERMISSIONÁRIO** restituir o **IMÓVEL** em perfeitas condições de uso, conservação e habitabilidade.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Qualquer dano porventura causado ao **IMÓVEL** será indenizado pelo **PERMISSIONÁRIO**, podendo a **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO** exigir a reposição das partes danificadas ao estado anterior ou o pagamento do valor correspondente ao prejuízo em dinheiro, como entender que melhor atenda ao interesse público.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA REMOÇÃO DE BENS**

Finda a presente Permissão de Uso ou verificado o abandono do **IMÓVEL** pelo **PERMISSIONÁRIO**, poderá a **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO** promover a imediata remoção compulsória de quaisquer bens não incorporados ao seu patrimônio, que não tenham sido espontaneamente retirados do **IMÓVEL**, sejam do **PERMISSIONÁRIO** ou de seus empregados, subordinados, prepostos, contratantes ou terceiros.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

---

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os bens mencionados no *caput* desta cláusula poderão ser removidos pela **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO** para o local de sua escolha, não ficando este responsável por qualquer dano que aos mesmos venham a ser causados, antes, durante ou depois da remoção compulsória, nem tampouco pela sua guarda, cujas despesas ficam a cargo do **PERMISSIONÁRIO**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Decorridos 2 (dois) anos do seu recolhimento, os bens particulares removidos do **IMÓVEL** serão vendidos em hasta pública, devendo as importâncias respectivas ser levadas a crédito de conta de depósitos, até a habilitação do legítimo proprietário, quando, então, se fará restituição, na forma regulamentar, se não houver ocorrido a prescrição, nos termos do art. 129 da Lei Estadual nº 287/79.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES**

Sem prejuízo da rescisão deste Termo, no caso do descumprimento de qualquer obrigação legal ou ora assumida, ou ainda na hipótese de eventual infração a quaisquer dos deveres previstos, ficará o **PERMISSIONÁRIO** sujeito a arcar com multa correspondente à 10% do valor da obrigação, a ser paga em moeda corrente, incidentes sobre o seu valor, atualizado financeiramente pelo **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, desde seu inadimplemento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Finda a Permissão de Uso por qualquer das formas aqui previstas, o **PERMISSIONÁRIO** que não restituir o **IMÓVEL** na data do seu termo, pagará, a título de multa, além da remuneração devida, uma importância diária fixada no termo correspondente, equivalente a 10% (dez inteiros por cento) da remuneração mensal, sem prejuízo de quaisquer outras sanções.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A multa prevista no parágrafo primeiro incidirá até o dia em que o **IMÓVEL** for efetivamente restituído ou quando retornar às condições originais, seja por providências do **PERMISSIONÁRIO**, seja pela adoção de medidas por parte da **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**. Nesta última hipótese, ficará o **PERMISSIONÁRIO** também responsável pelo pagamento de todas as despesas realizadas para tal finalidade.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A disposição prevista nesta cláusula não se aplica ao cumprimento intempestivo da obrigação, caso em que incidirá a penalidade prevista no parágrafo segundo da cláusula quinta.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA RESCISÃO DE PLENO DIREITO**

Sem prejuízo da natureza precária desta Permissão, o descumprimento, pelo **PERMISSIONÁRIO**, de qualquer de suas obrigações dará à **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO** o direito de considerar rescindida de pleno direito a presente Permissão, mediante aviso com antecedência, mínima, de 30 (trinta) dias.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Será considerado descumprimento das condições avençadas, para fins de rescisão, o mau uso do **IMÓVEL**, a alteração de sua destinação, a não realização imotivada do inventário no prazo estipulado, a falta de remessa do dito documento, a não execução de obras de reforma para assegurar o livre acesso a pessoas portadoras de deficiência ou de mobilidade reduzida ou que não atenda às condições de sustentabilidade, assim como a não comprovação da realização da remuneração ou do cumprimento do encargo, cabendo, neste caso, a ocupação do espaço físico pela **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos de processo administrativo, assegurado ao **PERMISSIONÁRIO** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Rescindida a Permissão, a **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**, de pleno direito, se reintegrará na posse do **IMÓVEL** e de todos os bens afetados à Permissão, oponível inclusive a eventuais cessionários e ocupantes.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DAS NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES**

O **PERMISSIONÁRIO** será notificado das decisões ou dos despachos proferidos ou que lhe formulem exigências, por qualquer uma das seguintes formas:

**I** - publicação no Diário Oficial do Estado, com a indicação do número do processo e nome do **PERMISSIONÁRIO**;

**II** - por via postal, mediante comunicação registrada e endereçada ao **PERMISSIONÁRIO**, com aviso de recebimento (A.R.);

**III** - pela ciência que do ato venha a ter o **PERMISSIONÁRIO**:

a) no processo, em razão de comparecimento espontâneo ou a chamado da **PROCURADORIA GERAL ESTADO**;

b) pelo recebimento de auto de infração ou documento análogo.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO RITO PROCESSUAL**

A cobrança de quaisquer quantias devidas ao **ESTADO** e decorrentes do presente Termo, inclusive multas, far-se-á pelo processo de execução, mediante inscrição em Dívida Ativa, na forma da Lei nº 6.830/80.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Por essa via o **ESTADO** poderá cobrar não apenas o principal devido, mas ainda juros de 1% (um por cento) ao mês, atualização monetária, multa contratual, fixada em 10% (dez por cento) do valor do débito, e os honorários de advogado, pré-fixados estes em 20% (vinte por cento) do valor em cobrança, além das custas e despesas do processo.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES**

Ao **PERMISSIONÁRIO** poderão ser aplicadas às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei federal nº 8.666/93, a saber:

a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o serviço;

b) multa administrativa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) sobre o valor do ato, nas hipóteses de inexecução, com ou sem prejuízo para o serviço;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para o serviço;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A penalidade de multa, estabelecida na alínea “b” do *caput* desta Cláusula, poderá ser aplicada cumulativamente com qualquer das demais.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade do **PERMISSIONÁRIO** por danos causados à **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO** providenciará o encaminhamento de cópia autêntica do presente Termo ao Tribunal de Contas do Estado, no prazo determinado por este e à Coordenadoria Setorial de Contabilidade/Planejamento, da SEFAZ.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

O **PERMISSIONÁRIO** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO**

O presente Termo deverá ser publicado, em extrato, no Diário Oficial do Estado, dentro de 20 (vinte) dias contados de sua assinatura, por conta do **PERMISSIONÁRIO**, ficando condicionada a essa publicação a plena eficácia do mesmo.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor e fundamento do ato.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: FORO**

Fica eleito o foro central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda do presente Termo ou de sua execução, renunciando o **PERMISSIONÁRIO**, por si e seus sucessores, a qualquer outro foro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: DAS CONDIÇÕES JURÍDICO-PESSOAIS**

O **PERMISSIONÁRIO** apresenta, neste ato, toda a documentação legal comprovando o atendimento das condições jurídico-pessoais indispensáveis à lavratura deste Termo, que, lido e achado conforme, é rubricado e assinado pelas partes interessadas e pelas testemunhas.

Para sua firmeza e validade, o presente Termo foi lavrado em 4 (quatro) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelas partes.

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
PERMITENTE**

Marcelo Lopes da Silva  
Procurador-Geral do Estado

**PERMISSIONÁRIO**

**Testemunhas:**

1 - \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

2 - \_\_\_\_\_

Nome:

CPF: